



A Rede de Formação Continuada

e a formação dos educadores da

Rede Municipal do Estado do Espírito Santo

em Introdução à

Língua Brasileira de Sinais

Kelly Christine Lisboa Diniz
Licenciada em Letras-Português – Ufes¹

RESUMO

O trabalho aborda a questão da formação continuada no contexto educacional contemporâneo como possibilidade para se repensar a melhoria da qualidade do ensino do país e da qualificação profissional dentro da sala de aula. Tomamos como princípio o programa do MEC – Rede de Formação Continuada – para pautar nossas observações em torno de que não é só papel do profissional ser consciente de que sua formação não termina na licenciatura adquirida, mas que também cabe aos órgãos públicos competentes motivar seus educadores e dar suporte para que esses se capacitem cada vez mais de modo a atender a demanda e a necessidade de seus alunos. Acreditamos, mediante a experiência do programa, que formar (ou reformar) o profissional da educação por meio de uma formação continuada proporciona, ao mesmo tempo independência profissional e autonomia para decidir sobre o seu trabalho e suas necessidades de pesquisa contínua.

PALAVRAS-CHAVE

Formação continuada, professor, CEFOCO, **LIBRAS**²

¹ Responsável pelo Curso de Formação Libras do CEFOCO – Centro de Formação Continuada da Ufes.

² Língua Brasileira de Sinais

A REDE DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Rede de Formação Continuada surgiu devido à necessidade de melhorar a formação dos professores em âmbito nacional. Para que esse projeto se consolidasse, a Secretaria de Educação Básica – SEB – uniu-se a Universidades de todo o país com o intuito de formar Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. Cada Centro, de acordo com o ideal proposto, seria responsável por equipes que coordenariam a elaboração de programas voltados para a formação continuada de professores de Educação Básica. A princípio, foi pensado apenas nos profissionais que estivessem em exercício nos Sistemas Estaduais e Municipais de Educação.

Pensou-se em REDE de formação, pois o propósito seria que, depois de um programa elaborado e finalizado por cada Universidade conveniada à Rede, os cursos e materiais fossem disponibilizados aos outros Centros também pertencentes à Rede e com a finalidade de formação continuada. A Universidade Federal do Espírito Santo acreditou na proposta e participa da Rede como um dos Centros, sendo responsável pela Educação Matemática e Científica. Na rede há outras áreas de atuação: Alfabetização e Linguagem; Ciências Humanas e Sociais; Artes e Educação Física e Gestão e Avaliação da Educação. Cada uma dessas grandes áreas, são subdivididas em áreas menores e coordenadas por no mínimo 3 (três) Universidades.

Essa sucinta apresentação da Rede, na verdade, tem a finalidade de mostrar que a formação continuada, durante algum tempo relegada a programas falidos, sejam estaduais ou municipais, ganhou uma amplitude maior e, mais ainda, recebeu o apoio da instância Universitária, espaço tido como tão distante das ações práticas e do diálogo com as outras instâncias da sociedade.

A UNIVERSIDADE E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO CONTINUADA

“ Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática ”
(Paulo Freire)³

A universidade só aparece no cenário da educação básica a partir da metade dos anos 80, quando a LDB nº 9.394/96⁴ assinalou que a formação de professores de todos os níveis seria realizada em nível superior, uma vez que, anterior a essa lei, admitia-se a formação de professores das séries iniciais e da educação infantil em nível médio.

Essa lei previa, no entanto, um engajamento por parte das Universidades com relação à necessidade de pesquisas efetivas nessa área que ficou por muito tempo relegada à opinião de que as professoras eram meras “tias”, constituindo o ambiente nas séries iniciais como uma simples extensão do ambiente familiar.

Pensar a formação e a pesquisa do professor na dimensão acadêmica significou entender essa formação em uma perspectiva social e não

mercadológica, como se tornaram os Institutos de Educação Superior espalhados pelo país. O processo inicial de formação seria uma resposta não apenas aos apelos da área, devido aos baixos índices da educação brasileira, mas ainda, o processo continuado dessa formação seria a contrapartida dos desafios do cotidiano escolar. Ou seja, a formação inicial do profissional da educação supre uma lacuna de conteúdo, investigação científica a respeito das problemáticas da educação. A formação continuada, por outro lado, vem em auxílio da motivação do profissional, da constante necessidade de investigação e inovação das suas práticas.

Algumas Universidades, no entanto, mesmo com o ideal do MEC⁵ de criar uma Rede de Formação, entendendo rede como um emaranhado, interligações de conhecimentos, não atenderam a essa chamada responsável de formação continuada à comunidade, pois preferiram se tornar setores financeiramente rentáveis, uma vez que o professor, mesmo de Universidades Públicas, é tão mal remunerado. Dessa forma, algumas instituições de nível superior se tornaram meros escritórios privados de prestação de serviços, objetivando qualificar para o acesso a melhores salários.

O Centro de Formação Continuada da UFES teve, de início, uma grande dificuldade de conquistar a credibilidade de seus parceiros, a saber, os municípios do Estado do Espírito Santo. Um dos motivos foi a falta de crença em mais uma ação falida do governo federal; outra

razão dizia respeito à desconfiança em serviços gratuitos oferecidos pela Universidade e de que ela de fato, a partir de então, estabeleceria essa comunicação com a comunidade, com a Educação Básica. Esse sentimento se explica porque a Universidade é vista atrás de seus muros como um ambiente fechado e intransponível, enquanto que o propósito dos cursos superiores, principalmente no que diz respeito aos públicos, é o de atender a contento à comunidade que paga altos impostos para sustentar uma estrutura de nível superior.

Passando das dificuldades para o êxito do programa é mister afirmar que o intercâmbio estabelecido entre alguns professores parceiros da iniciativa do Centro de Formação Continuada, o próprio Centro e a comunidade de professores do Ensino Fundamental foi enriquecedor. As experiências são ímpares, porém os números e os relatórios provam mais, a formação não só valeu a pena do ponto de vista quantitativa, mas, ainda mais, do ponto de vista qualitativo.

Apesar de atender ao ideal da Rede de Formação Continuada, o Centro de Educação Matemática e Ciências e de ter, na sua maioria, oferecido cursos e confeccionado material dentro dessas áreas, como: “Terra e Universo”, “Potências e Raízes”, “Geometria”, etc; o CEFOCO ficou atento às muitas demandas do Estado do Espírito Santo e ao fato de que, de acordo com a lei, a educação deve cada vez mais atender à inclusão de portadores de necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, etc. Dessa forma, em parceria com professores do Departamento

³.FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p.58.

⁴.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

⁵.Ministério da Educação e Cultura

de Letras, com o apoio de alunos ligados à pesquisa, investiu na articulação de um curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para atender à educação dos surdos.

LIBRAS E O CONTEXTO EDUCACIONAL

Este curso foi pensado em razão da observação da necessidade de se trabalhar com a inclusão a partir da maior demanda do Estado. De acordo com levantamentos da FENEIS⁶ os dados sobre a exclusão escolar dos surdos são alarmantes.

Pelos quadros abaixo, pode-se perceber como era de extrema importância e urgência que medidas fossem e continuem sendo tomadas no sentido de promover uma verdadeira inclusão escolar dessa significativa parcela da população e uma capacitação dos profissionais que lidam com essa comunidade. Essa formação vem assim contribuir para se repensar sobre o que vem a ser uma educação de qualidade para os surdos, porque não basta a inclusão deles no sistema escolar, eles precisam permanecer e terminar o ensino médio, já que dos pouquíssimos que conseguem estudar, apenas 3% terminam essa etapa, tomando como exemplo os dados referentes à população de surdos do Rio de Janeiro, divulgados pelo FENEIS⁷ e MEC nos anos de 2000 e 2003.

Censo Demográfico - 2000	
Total de pessoas c/surdez no Brasil	5.750.805
Total com idade entre 0 - 17 anos	519.460
Total com idade entre 18 -24 anos	256.884

Censo Escolar 2003 (MEC/INEP)			
Total Surdos matriculados	Ensino Básico	Ensino Médio Concluído	Ensino Superior (Iniciado)
56.024	2.041 (3%)	344	* 90% na rede privada de ensino

Total de crianças e jovens surdos = 776.344;

Diante dos dados apresentados, 710.320 surdos ainda estão excluídos, ou seja, o número de profissionais para atendê-los deve estar equipado para se engendrar nesse desafio de inseri-los no sistema escolar.

A língua brasileira de sinais ainda é vista, por muitos profissionais da educação, como mais uma forma de o surdo se comunicar, ou seja, como uma simples alternativa para aqueles surdos que não desenvolveram o oralismo. Esses profissionais não a encaram como uma língua com a qual os surdos podem se valer para interagir com a sociedade. Esta visão oralista da sociedade e dos profissionais que trabalham com surdos, por conseguinte, tem estabelecido uma imposição social que marginaliza o surdo que, na prática, não consegue alcançar o modelo de linguagem oral-auditivo.

Com o Decreto de LIBRAS, no Brasil, temos o início de algumas ações, como a instituição da lei de Libras em 2002 (10436/02); ações mais contundentes como o decreto que regulamenta a lei 5626/05, criando, assim, o Curso de Graduação Letras - Libras voltado, preferencialmente, para surdos que pretendem fazer essa formação para dar aula de Libras. Foi instituído, também, o PROLIBRAS, que é um exame de proficiência dado pelo MEC para avaliar e certificar os usuários de Língua de Sinais em quatro categorias: **Surdos usuários de LIBRAS de nível superior; Ouvintes usuários de LIBRAS de nível superior; Surdos usuários de LIBRAS de nível médio; Ouvintes usuários de LIBRAS de nível médio.** Além de certificar os intérpretes (também nos níveis médio e superior). Citamos ainda a criação dos CAS⁸ como centros de capacitação e aperfeiçoamento nessa área, ainda em implementação em no Espírito Santo.

⁶ Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

⁷.<http://www.feneis.com.br>

No entanto, essas ações não levam em conta a formação do docente que estará à frente desta empreitada. Muitos desses profissionais trabalham com um público que teve contato com a língua de sinais, mas não é compreendido no seu meio escolar, e outros são obrigados a trabalhar o oralismo, por não terem sequer contato com LIBRAS.

O Centro de Formação Continuada da UFES, juntamente com a pesquisadora e intérprete Lucienne Matos da Costa e o pesquisador e também intérprete Jefferson Bruno Moreira Santana, preparou um material direcionado para as perguntas mais recorrentes dos profissionais que lidavam diretamente com o surdo na sala de aula. Estruturamos o curso em forma de vídeo-conferência a fim de aumentar a capacidade de participantes na iniciativa. O resultado com relação ao número de inscrições superou as expectativas, porém mais surpreendente ainda foi o número final catalogado para receber o certificado das 25 horas de palestras por vídeo-conferência, totalizando 210 participantes e mais duas turmas de 30 alunos que puderam assistir mais 40 horas de curso de maneira presencial.

Não foram apenas esses resultados que motivaram o CEFOCO a continuar a difícil tarefa de incentivar o profissional da educação em sua atuação, mas também por perceber uma resposta satisfatória à ação tomada por parte de todas as Secretarias Municipais de Educação do Estado. Defendemos a idéia de que para impulsionar novas possibilidades na educação e aspirações, não se faz necessário, como defende Nietzsche⁹ apenas conhecer melhor o ser humano, ou, no caso, o professor, antes, devem-se oferecer novas aberturas para aqueles que estiverem dispostos a isso.

⁸.Centro de Atendimento ao Surdo

⁹.(apud ELZIRIK, M. F. Dispositivos de inclusão: invenção ou espanto.

FORMAÇÃO CONTINUADA E SEUS AVANÇOS EM LIBRAS NO CEFOCO

Para oferecer mais aberturas aos profissionais que estão na ponta da educação dos surdos, foi preciso montar um curso com um maior número de horas, embora, devido a espaço físico e recurso humano, se reduzisse o número de vagas. Projetamos algo para que a carga horária por si só não fosse o atrativo principal, mas sim o contato com a Língua de Sinais. Pensando nisso, realizamos parceria com um professor-surdo, Ademar Müller, que não só está inserido na comunidade surda, como abraçou a educação de surdos como uma realidade de vida e propósitos a serem atingidos. Foi gratificante saber que, além de ter participado na confecção do material "Educação de surdos e a realidade Capixaba", ele contribuiria conosco para a inserção de professores que atuassem com surdos em seus municípios para conhecer mais a visão da língua de seu aluno.

O curso de Introdução à LIBRAS foi ofertado a todos os municípios, mas devido a, principalmente, razões geográficas, 26 municípios aderiram e tivemos para 30 (trinta) vagas ofertadas, 36 (trinta e seis) inscritos. A carga horária do curso foi de 120 horas e os encontros eram realizados uma vez por semana na UFES⁹ em encontros de 4 (quatro) horas.

Alguns municípios, por terem um grande número de profissionais atuantes com surdos,, optaram por aguardar uma oportunidade de oferecer o curso exclusivamente para seus professores no seu próprio município.

O objetivo não era, conforme relatado pelo próprio professor, ensinar LIBRAS em 15 encontros, o

propósito maior era o de mostrar a esses professores a realidade das narrativas quase que unânimes de opressão dos seus alunos surdos. Durante o percurso da formação, os profissionais tiveram de pensar em projetos e estratégias para trabalhar com seu aluno surdo na sala de aula, sem excluí-lo e, principalmente, fornecendo mecanismos reais de aprendizado, não tornando o ambiente da escola como uma distração ou horário de ocupação física do aluno.

Podemos relatar que o curso apresentou resultados muito satisfatórios. Ao final, os professores apresentaram seus projetos de intervenção em LIBRAS, dentro de conhecimento adquirido durante o período em que realizaram o curso e foram se aprimorando com seus próprios alunos.

CONCLUSÃO

É dentro desse contexto que acreditamos que a inclusão não se faz apenas desmarginalizando o acesso do aluno à sala de aula. Para que as medidas se efetuem verdadeiramente, a educação ainda conta com seu maior material que é o professor e se ele não estiver preparado para agir, toda ação e mobilização de levar o aluno excluído para a escola serão vãs.

Para esse comprometimento, a LDB/96 enfatiza que as escolas brasileiras não devem apenas receber o aluno no seu recinto físico, mas são chamadas a adequar-se a fim de atender satisfatoriamente a todo o público, pois esse é o foco da inclusão.

Concluindo, para que as escolas se adéquem, enquanto Universidade, enquanto universo de pesquisa e desenvolvimento, devemos estar engajados na causa de não só formar profissionais para o mercado de trabalho, mas também para lhes dar condição de atendimento considerando

as demandas exigidas pela sociedade que tanto clama pelos seus serviços.

O Centro de Formação Continuada da UFES¹⁰ tem tentado cumprir com esse papel, com incentivo do MEC e das Secretarias Municipais de Educação, por disponibilizar esses projetos de inclusão e, mais ainda, pelo esforço de continuar trazendo a comunidade externa para dentro da Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EIZIRIK, Marisa Faermann. Dispositivos de inclusão: Invenção ou espanto. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; BEYER, Hugo Otto et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Meditação, 2006.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

SILVA, Waldeck Carneiro. A reforma da formação de professores no Brasil e o lugar da universidade. In: LINHARES, Célia (org.). Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Angela & ESTEVES, Manuela. A análise das necessidades na formação de professores. Porto: Porto Editora, 1993.

<http://portal.mec.gov.br/seb/index>.

<http://www.feneis.com.br>

¹⁰.Universidade Federal do Espírito Santo

